

## DESPACHO N.º 4/2017

### Considerando que:

- I. O Doutor Daniel Marques da Silva, docente da Escola Superior de Saúde de Viseu, solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Enfermagem;
- II. De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de Junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.º série, n.º 111 de 9 de Junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;
- III. Por força dos normativos legais supra citados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

### Pelo presente Despacho:

- Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área científica de Enfermagem, no Vice-Presidente deste Instituto, Professor Doutor José dos Santos Costa.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:

- Ezequiel Martins Carrondo, Professor Coordenador, proposto pelo Instituto Politécnico da Guarda, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Leonel São Romão Preto, Professor Coordenador proposto pelo Instituto Politécnico de Bragança, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Carlos Manuel de Figueiredo Pereira, Professor Coordenador, proposto pela Escola Superior de Saúde de Viseu, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Rui Filipe Lopes Gonçalves, proposto pela Ordem dos Enfermeiros ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.
- Dulce Maria Pereira Garcia Galvão, proposta pela Ordem dos Enfermeiros ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.

Viseu, 20 de fevereiro de 2017

O Presidente do IPV



Eng. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião